

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

RELATÓRIO INTERCALAR

PETIÇÃO N.º 21/XI/1ª, PETIÇÃO N.º 22/XI/1ª, PETIÇÃO N.º 23/XI/1ª, PETIÇÃO N.º 24/XI/1ª e PETIÇÃO N.º 33/XI/1ª

*(Pretendem que as pessoas colectivas sem fins lucrativos fiquem isentas de IRC e
Pagamento Especial por Conta)*

As supra referidas petições têm, manifestamente, o mesmo objecto pelo que foram juntas num único processo de tramitação, tendo sido nomeada a mesma Relatora.

As primeiras quatro petições, Petição n.º 21/XI/1ª, Petição n.º 22/XI/1ª, Petição n.º 23/XI/1ª e Petição n.º 24/XI/1ª, deram entrada na Assembleia da república a 1 de Fevereiro de 2010, tendo sido remetidas por S. Excelência o Presidente da Assembleia da República à presente Comissão para apreciação.

As referidas Petições foram subscritas, respectivamente, pelo Senhor João António Correia Martins, pelo Senhor Ricardo André dos Santos Rodrigues, pelo Senhor Humberto Agostinho Carreira, e pelo Senhor Augusto Paredes Resende Vieira. Todos a título individual.

A Petição n.º 33/XI/1ª deu entrada na Assembleia da República a 2 de Março de 2010, tendo sido remetida por S. Excelência o Presidente da Assembleia da República à presente Comissão para apreciação.

A referida Petição é subscrita, a título individual, pelo Senhor Nelson Lourenço.

Estão presentes os demais requisitos formais e de tramitação constantes nos artigos 9.º e 17.º da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 6/93

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

de 1 de Março, pela Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho e pela Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto) - (LDP).

A audição dos peticionários, perante a comissão parlamentar ou delegação desta, durante o exame e instrução não é obrigatória, uma vez que as petições, tomadas no seu conjunto, são subscritas por menos de 1.000 cidadãos (*vide* artigo 21.º n.º1 da Lei n.º 43/90), e sendo o número de assinaturas inferior a 4.000, não devem as Petições em apreço ser objecto de apreciação em Plenário (de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º da LDP).

Nos termos do texto da Petição, o qual é praticamente idêntico par as cinco Petições em análise, dispõem os Peticionários no sentido de requerer que seja atribuída às organizações não governamentais que não persigam o lucro dos seus associados, isenção em sede de imposto sobre o Rendimento Colectivo (IRC) e de Pagamento Especial por Conta (PEC).

Argumentam, em particular, que aquelas organizações prosseguem um serviço de utilidade pública, ainda que esta não lhes seja reconhecida nos termos legais aplicáveis.

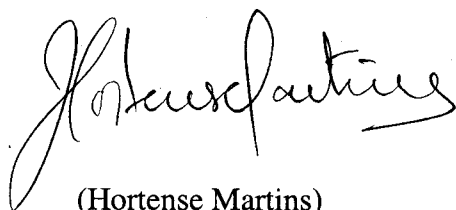
PARECER

- a) Nos termos do artigo 20º, e por se entender necessário à boa discussão e apreciação das Petições em análise, solicita-se que o Ministério das Finanças e da Administração Pública se pronuncie sobre a pretensão dos Peticionários, discriminando, nomeadamente, o seu custo para o Orçamento de Estado;
- b) Deverá ser dado conhecimento do conteúdo do presente Relatório aos peticionários.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

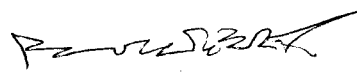
Palácio de S. Bento, 9 de Junho de 2010

A Deputada Relatora



(Hortense Martins)

O Presidente da Comissão



(Paulo Mota Pinto)

Aprovado por unanimidade
em reunião de 15. Junho. 2010,
na ausência dos GP CDS-PP e BE

S/D